



Enel Green Power Desenvolvimento Ltda.

CNPJ: 10.450.474/0001-99

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Com relatório do auditor independente

Enel Green Power Desenvolvimento Ltda.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras	
Balancos patrimoniais	4
Demonstrações do resultado	6
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Administradores e Acionistas da
Enel Green Power Desenvolvimento Ltda.
Rio de Janeiro - RJ**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Enel Green Power Desenvolvimento Ltda. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Enel Green Power Desenvolvimento Ltda. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ


Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo
Contador CRC RJ-012563/O-1

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	821	67
Títulos e valores mobiliários		2	-
Imposto de renda e contribuição social compensáveis		92	141
Outros tributos compensáveis		226	
Dividendos a receber		435	145
Créditos com partes relacionadas	5	1.668	4.018
Outros créditos		320	5
Total do ativo circulante		<u>3.564</u>	<u>4.376</u>
Não circulante			
Estoque para revenda	6	14.439	10.186
Bens destinados à alienação		-	250
Depósitos vinculados a litígios	9	2.389	2.389
Investimentos	7	16.004	15.739
Imobilizado	8	813	730
Intangível		3	3
Total do ativo não circulante		<u>33.648</u>	<u>29.297</u>
Total dos ativos		<u>37.212</u>	<u>33.673</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		16	51
Outras obrigações fiscais		(462)	39
Débitos com partes relacionadas	5	8.693	8.692
Outras obrigações		14	-
Total do passivo circulante		<u>8.261</u>	<u>8.782</u>
Não circulante			
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	9	46	227
Total do passivo não circulante		<u>46</u>	<u>227</u>
Patrimônio líquido	10		
Capital social		46.618	43.342
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	1.150
Outros resultados abrangentes		189	190
Lucros (Prejuízos) acumulados		(17.902)	(20.018)
Total do patrimônio líquido		<u>28.905</u>	<u>24.664</u>
Total dos passivos e patrimônio líquido		<u>37.212</u>	<u>33.673</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receita líquida	11	1.988	-
Custo do serviço	12	(970)	-
Lucro (prejuízo) bruto		<u>1.018</u>	<u>-</u>
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	12	(56)	(1.892)
Total das despesas operacionais		<u>(56)</u>	<u>(1.892)</u>
Resultado de equivalência patrimonial	7	1.121	528
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		2.083	(1.364)
Resultado financeiro	13		
Receitas financeiras		27	38
Despesas financeiras		5	(50)
		<u>32</u>	<u>(12)</u>
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		<u>2.115</u>	<u>(1.376)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	2.115	(1.376)
Outros resultados abrangentes	(1)	(494)
Total de outros resultados abrangentes do exercício	<u>2.114</u>	<u>(1.870)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	33.474	2.000	(18.642)	684	17.516
Integralização de capital social	9.868	(2.000)	-	-	7.868
Prejuízo do exercício	-	-	(1.376)	-	(1.376)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	1.150	-	-	1.150
Varição de participação em investidas	-	-	-	(494)	(494)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	43.342	1.150	(20.018)	190	24.664
Integralização de capital social	3.276	(1.150)	-	-	2.126
Lucro líquido do exercício	-	-	2.115	-	2.115
Perda em instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-
Varição de participação em investidas	-	-	1	(1)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	46.618	-	(17.902)	189	28.905

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido / (prejuízo) do exercício	2.115	(1.376)
Ajustes para conciliar o (prejuízo) lucro líquido do período com o caixa das atividades operacionais:		
Provisão para processos judiciais e outros	(181)	6
Atualização financeira de Provisão para processos judiciais	-	31
Depreciação e amortização	56	126
Equivalência patrimonial	(1.121)	(528)
	<u>869</u>	<u>(1.741)</u>
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Tributos a compensar	(177)	(5)
Estoque para revenda	(4.253)	(8.365)
Outros créditos	(65)	3.921
(Aumento) redução nos passivos operacionais:		
Fornecedores	(35)	(4.441)
Tributos a pagar/a compensar, líquidos	(501)	-
Débitos com partes relacionadas	-	6
Outras obrigações	14	(6)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	<u>(4.148)</u>	<u>(10.631)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários	(2)	-
Aquisição de imobilizado	(139)	(8)
Recebimento de dividendos	566	220
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	<u>425</u>	<u>212</u>
Fluxo de caixa nas atividades de financiamento		
Integralização de capital	3.276	7.868
Adiantamento para futuro aumento de capital	(1.150)	1.150
Créditos com partes relacionadas	2.351	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>4.477</u>	<u>9.018</u>
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	754	(1.401)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	67	1.468
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u>821</u>	<u>67</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A Enel Green Power Desenvolvimento Ltda. (“Empresa”), é uma sociedade limitada, controlada pela Enel Green Power Brasil Participações Ltda., desde 15 de julho de 2010, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. A Empresa tem por objeto: (i) o desenvolvimento de empreendimentos que explorem atividades relacionadas à geração de energia elétrica proveniente de fontes alternativas; (ii) a importação, distribuição e comercialização de (a) geradores e/ou transformadores de energia, módulos e/ou painéis fotovoltaicos e inversores de frequência; (iii) a prestação de serviços técnicos e/ou de engenharia para instalação de equipamentos atinentes ao seu objeto social; (iv) intermediação de negócios atinentes ao seu objeto social; e (v) participação em outras sociedades, ou consórcios, que intentem esta mesma finalidade, como sócia ou acionista.

1.1. Pandemia (Covid-19) - Impactos econômico-financeiros

Pessoas e sociedade

Para os profissionais que realizam trabalhos operacionais, a Companhia providenciou e disponibilizou, para cada profissional, equipamentos de proteção individual, bem como comunicações e recomendações contínuas relacionadas a como evitar o contágio por Covid-19. Não obstante, os benefícios de saúde disponibilizados desde o início da pandemia, como por exemplo, apólices de seguro com cobertura adicional para os profissionais que eventualmente forem hospitalizados por decorrência de infecção por Covid-19, serão mantidos.

Desde a adoção mais ampliada do trabalho remoto, intensificada após o início da pandemia, a nova forma de trabalho se demonstrou eficiente e com a mesma qualidade ora atingida pelo trabalho em loco. Este resultado só é possível pelos constantes investimentos em digitalizações e sistemas realizados pela Companhia. Essa nova realidade se tornou uma oportunidade para expansão da prática do trabalho remoto.

Monitoramento e plano estratégico

A Companhia tem realizado acompanhamento constante relacionado à estratégia e manutenção da qualidade dos serviços, bem como à lucratividade de seus negócios. Esse monitoramento resultou em informações que puderam auxiliar a administração na tomada de decisões estratégicas, como também, demonstraram que, apesar de toda crise causada pela pandemia da Covid-19, nenhum dos negócios mantidos apresentou indicativos de descontinuidade ou perda do seu valor recuperável.

Para prevenir ou amenizar qualquer efeito negativo que possa, porventura, ser identificado em suas linhas de negócios, a Administração da Companhia continuará a monitorar suas atividades, demandas, resultados operacionais e de suporte, para que possa, de forma tempestiva, tomar ações que previnam ou amenizem tais efeitos.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da preparação destas demonstrações financeiras em 29 de abril de 2022.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

Conforme Orientação Técnica OCPC 07, a Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo, quando tais avaliações são exigidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

2.3. Moeda funcional, conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são preparadas em reais (R\$), moeda funcional utilizada pela Companhia. Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

3. Políticas contábeis

3.1. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial quando é parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro. A Companhia, inicialmente, mensura seus ativos financeiros ao seu valor justo acrescidos dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para que um ativo seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, este deve gerar fluxos de caixa que sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros sobre o valor do principal em aberto. Os demais ativos que, não estejam estritamente relacionados a pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos passivos financeiros no reconhecimento inicial é realizada ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumento de proteção.

Todos os passivos são mensurados inicialmente ao seu valor justo, e, subsequentemente, são classificados em duas categorias: passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado e passivos financeiros ao custo amortizado.

Classificação de ativos financeiros e passivos financeiros

A Companhia adotou o CPC 48, e seus ativos foram mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”).

Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis, reconhecida na demonstração do resultado.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes - VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito nos últimos três anos. A Companhia realizou o cálculo das taxas de perda separadamente para cada segmento de clientes. Além disso, quando aplicável, foram consideradas as mudanças no risco de crédito seguindo avaliações de crédito externas publicadas.

Instrumentos financeiros, apresentação líquida

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa se referem aos recursos mantidos em caixa e em conta corrente com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

3.3. Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia são apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, vide nota explicativa nº 8. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, as quais se encontram alinhadas com os critérios previstos na Resolução Normativa ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015 (vigente a partir de 01 de janeiro de 2016), limitada ao período de autorização.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Desmantelamento de áreas

Representam os gastos futuros estimados referentes à obrigação legal de recuperar o meio ambiente e desmobilizar e desativar as unidades produtivas, em função da exaustão da área explorada ou da suspensão permanente das atividades na área por razões econômicas, descontados a valor presente.

Desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, os gastos com desmantelamento de áreas são reconhecidos como parte do ativo imobilizado que lhes deu origem pelo seu valor presente, obtido por meio de uma taxa de desconto ajustada ao risco, tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da Companhia.

A mensuração da provisão para desmantelamento é ao custo, as mudanças na mensuração de passivo por desativação, restauração e outros passivos similares que resultam das alterações nas estimativas do valor ou período do fluxo de saída de recursos que incorporam benefícios econômicos necessários para liquidar a obrigação, ou uma mudança na taxa de desconto, são adicionadas e deduzidas do custo do respectivo ativo no período corrente.

As estimativas de desmantelamento de área são revisadas anualmente e amortizadas nas mesmas bases dos ativos principais. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras

3.4. Ativo intangível

O ativo intangível corresponde ao direito de exploração de concessões e é em função dos contratos de concessão de geração. Uma vez que o prazo para exploração é definido contratualmente, este ativo intangível de vida útil definida é amortizado pelo prazo de concessão. A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. A amortização é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil regulatória estimada.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de

valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício

3.5. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e nestes orçamentos financeiros detalhados, os quais são elaborados separadamente pela administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano.

Em 31 de dezembro de 2021, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

3.6. Investimentos

A Empresa possui investimentos em companhias relacionadas a geração de energia elétrica de origem eólica em que não possui o controle, ou seja, não tem influência significativa sobre as investidas que estão registradas pelo método de equivalência patrimonial na Empresa, conforme CPC 18.

3.7. Estoque para revenda

A Empresa atua como fornecedora de materiais e peças de reposição para o desenvolvimento dos parques eólicos explorados no qual a Empresa adquire as peças para posterior repasse às plantas que irão consumir os materiais que encontram-se registrados na Empresa pelo seu custo de aquisição, conforme CPC 16.

3.8. Provisões

As provisões para processos judiciais são reconhecidas quando a Companhia (i) tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e (iii) o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

3.9. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

a) Imposto corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

b) Imposto diferido

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos em relação aos créditos e perdas tributários e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se atenderem os critérios estabelecidos na norma contábil.

3.10. Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2021

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2021 estão evidenciadas a seguir:

Alterações ao CPC 06 (R2) - Arrendamentos

O CPC 06 (R2) foi alterado com o objetivo de determinar os procedimentos e critérios contábeis para o devido registro de benefícios concedidos aos arrendatários pelos arrendadores através de alterações de contratos de arrendamentos em decorrência da pandemia de Covid-19.

A alteração em questão permite a utilização de um expediente prático para a contabilização de alterações contratuais temporárias em decorrência da Covid-19, que devem, obrigatoriamente, atender a todas as características descritas a seguir:

- (a) A alteração nos pagamentos do arrendamento resulta em uma contraprestação revista para o arrendamento que é substancialmente igual ou inferior à contraprestação para o arrendamento imediatamente anterior à alteração;
- (b) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021; e
- (c) Não há alteração substancial de outros termos e condições do contrato de arrendamento.

A revisão do CPC 06 (R2), bem como a aplicação do expediente prático não resultaram em alterações materiais para a política contábil sobre contratos de arrendamento atualmente utilizada pela Companhia.

Alterações aos CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 – Instrumentos financeiros, reconhecimento e mensuração, evidenciação e instrumentos financeiros

Os pronunciamentos contábeis supracitados foram alterados em virtude da recente reforma realizada sobre as taxas interbancárias oferecidas (IBORs), tais taxas são referências de juros, como por exemplo, LIBOR, EURIBOR e TIBOR. Dessa forma, o IASB emitiu a reforma da taxa de juros de referência que resultou na alteração do CPC 40 e CPC 48. Tais alterações modificam, principalmente, as exigências específicas de contabilização de hedge para permitir a manutenção da contabilização destes instrumentos de proteção durante o período de incerteza gerado pela reforma da taxa de juros de referência.

A Companhia não possui transações sujeitas à taxa variável vinculada à LIBOR.

3.11. Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

Não se espera que as seguintes normas novas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. Se aplicável aos negócios da Companhia, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

Pronunciamentos alterados	novos ou	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 27 – Imobilizado		Prover guidance para a contabilização de transações que envolvem venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso – recursos antes do uso pretendido	1º de janeiro de 2022
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes		Contratos onerosos – custo de cumprimento do contrato	1º de janeiro de 2022
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis		Requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante	1º de janeiro de 2023
CPC 50 - Contratos de seguro		Adoção inicial	1º de janeiro de 2023
CPC 32 – Tributos sobre o Lucro		Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1º de janeiro de 2023
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture		Prover guidance para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas	Ainda não determinado pelo CFC

3.12. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas, que requerem maior nível de julgamento e estão sujeitas a estimativas incluem: perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros, perda esperada para crédito de liquidação duvidosa, imposto de renda e contribuição social diferidos, provisões para riscos tributários cíveis, arrendamentos e instrumentos financeiros.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Companhia faz uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores divulgados das receitas, despesas, ativos e passivos e, as divulgações de passivos contingentes. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis.

Estimativas e premissas

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao

tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas, pelo menos, anualmente.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir: provisão para desmantelamento e provisão para processos judiciais.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Caixa e contas correntes bancárias	30	65
Aplicações financeiras	791	2
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>821</u>	<u>67</u>

As aplicações financeiras referem-se a investimentos em Certificados de Depósitos Bancários (“CDBs”), com conversibilidade imediata e liquidez diária, sendo remunerados pelo Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”), portanto, já reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida do resultado do exercício. Essas aplicações estão mantidas em bancos de primeira linha, podendo ser resgatada a qualquer tempo.

5. Transações com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos e as transações com partes relacionadas podem ser assim resumidos:

	Parte relacionada	31/12/2021			31/12/2020		Referência
		Ativo Circulante	Passivo Circulante	Receita (despesa)	Ativo Circulante	Passivo Circulante	
Compartilhamento das despesas comuns do grupo / transferência de custos	Enel Green Power Esperanca Eolica S.A.	-	23	-	-	-	(i) / (ii)
	Enel Trading Brasil S.A.	-	3	-	-	-	
	Enel Brasil S.A	1.162	-	-	-	-	
	Enel Green Power Emiliana Eolica S.A	-	-	684	-	-	
	Enel X Brasil	-	8.072	-	1.597	-	
	Enel Green Power Morro do Chapéu I Eólica S.A	-	-	-	65	-	
	Enel Green Power Morro do Chapéu II Eólica S.A	-	-	-	63	-	
	Enel Green Power Delfina A Eólica S.A	-	-	-	376	-	
	Enel Green Power Boa Vista Eólica S.A	-	-	-	34	-	
	Enel Green Power São Abraão Eólica S.A	-	-	-	32	-	
	Enel Green Power São Judas Eólica S.A	160	-	500	71	-	
	Enel Green Power Ituverava Solar S.A	38	-	-	38	-	
	Enel Green Power Ituverava Norte Solar S.A	20	-	-	20	-	
	Enel Green Power Ituverava Sul Solar S.A	13	-	-	13	-	
	Enel Green Power Brasil Participações Ltda	-	-	-	1.709	8.065	
	Enel Soluções Energéticas Ltda	113	13	-	-	13	
	Enel Green Power Pau Ferro Eólica S.A	-	39	-	-	39	
	Enel Green Power Maniçoba S.A	-	408	-	-	408	
	Enel Green Power Cristal Eólica S.A	78	134	-	-	134	
	Socibe Energia S.A	-	1	-	-	1	
Enelpower do Brasil Ltda	-	-	-	-	3		
Enel Green Power Modelo I Eolica S.A	84	-	1.006	-	29		
	1.668	8.693	2.190	4.018	8.692		

- (i) Repasse de despesas com viagens, custo de pessoal e compra do projeto eólico de terceiros a serem liquidados nos próximos doze meses.
(ii) A referida despesa está relacionada à contratos de fruição de utilidades comuns.

6. Estoques para revenda

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Inventários e peças de reposição	<u>14.439</u>	<u>10.186</u>
	<u>14.439</u>	<u>10.186</u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Empresa adquiriu *mainshafts*, no montante de R\$ 8.305, dos aerogeradores que ficam alocados na Empresa até a sua utilização nos parques eólicos das subsidiárias.

7. Investimentos

Empresa investida	31/12/2021								
	Quantidade de ações		%		Patrimônio líquido	Resultado	Investimento	Equivalência patrimonial	Outros resultados abrangentes
	Total	Possuídas pela Empresa	Participação direta						
Enel Green Power Primavera Eólica S.A.	143.674.900	1.436.813	1,00%	189.494	17.417	1.895	177	(252)	
Enel Green Power Cristal Eólica S.A.	144.784.899	1.199.919	0,83%	165.744	15.018	1.374	126	(502)	
Enel Green Power São Judas Eólica S.A.	143.674.900	1.436.749	1,00%	164.852	14.998	1.649	152	(302)	
Enel Green Power Tacaicó Eólica S.A.	86.034.360	1.064.000	1,24%	96.615	9.890	1.195	124	(73)	
Enel Green Power Pedra do Gerônimo Eólica S.A.	184.319.528	2.093.553	1,14%	205.577	18.284	2.335	210	(234)	
Enel Green Power Emiliana Eólica S.A.	135.191.530	1.605.087	1,19%	139.686	4.266	1.658	52	(101)	
Enel Green Power Pau Ferro Eólica S.A.	125.124.000	1.544.062	1,23%	139.696	12.830	1.724	160	(367)	
Enel Green Power Joana Eólica S.A.	130.259.530	1.508.170	1,16%	140.303	8.798	1.624	104	(198)	
Enel Soluções Energéticas Ltda.	42.863.000	500	0,00%	40.682	(595)	-	-	-	
Enel Green Power Maniçoba Eólica S.A.	90.722.530	725.780	0,80%	92.672	(2.385)	741	(19)	683	
Enel Green Power Esperança Eólica S.A.	129.418.174	1.107.081	0,86%	141.672	6.818	1.212	59	909	
Enel Green Power Damascena Eólica S.A.	83.709.003	700.000	0,84%	71.347	(2.837)	597	(24)	626	
Total investimentos					102.502	16.004	1.121	189	

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



31/12/2020									
Empresa investida	Quantidade de ações		%		Patrimônio líquido	Resultado	Investimento	Equivalência patrimonial	Outros resultados abrangentes
	Total	Possuídas pela Empresa	Participação direta						
Enel Green Power Primavera Eólica S.A.	143.674.900	1.436.813	1,00%		180.358	10.870	1.887	109	(252)
Enel Green Power Cristal Eólica S.A.	144.784.900	1.199.919	0,83%		163.213	7.753	1.401	64	(501)
Enel Green Power São Judas Eólica S.A.	143.674.900	1.436.749	1,00%		161.175	10.545	1.693	106	(301)
Enel Green Power Tacaicó Eólica S.A.	91.634.360	1.064.000	1,16%		92.012	3.776	1.102	44	(73)
Enel Green Power Pedra do Gerônimo Eólica S.A.	189.519.528	2.093.553	1,10%		191.837	8.914	2.195	98	(235)
Enel Green Power Emiliana Eólica S.A.	135.191.530	1.605.087	1,19%		135.321	979	1.616	12	(100)
Enel Green Power Pau Ferro Eólica S.A.	127.424.000	1.544.062	1,21%		128.662	6.869	1.622	83	(367)
Enel Green Power Joana Eólica S.A.	135.459.530	1.508.170	1,11%		136.296	6.130	1.569	68	(199)
Enel Soluções Energéticas Ltda.	42.863.000	500	0,00%		42.067	(790)	-	-	-
Enel Green Power Maniçoba Eólica S.A.	90.722.530	725.780	0,80%		98.131	(3.055)	761	(24)	683
Enel Green Power Esperança Eólica S.A.	129.418.174	1.107.081	0,86%		146.647	2.964	1.273	25	909
Enel Green Power Damascena Eólica S.A.	83.709.003	700.000	0,84%		81.017	(6.809)	620	(57)	626
Total investimentos						48.146	15.739	528	190

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A movimentação dos investimentos no exercício está demonstrada a seguir:

2021

Empresa investida	31/12/2020	Equivalência patrimonial	Dividendos	Outros resultados abrangentes	31/12/2021
Enel Green Power Primavera Eólica	1.887	177	(169)	-	1.895
Enel Green Power Cristal Eólica	1.402	126	(155)	1	1.374
Enel Green Power São Judas Eólica	1.693	152	(197)	1	1.649
Enel Green Power Tacaicó Eólica	1.102	124	(31)	-	1.195
Enel Green Power Pedra do Gerônimo Eólica	2.194	210	(68)	(1)	2.335
Enel Green Power Emiliana Eólica	1.615	52	(10)	1	1.658
Enel Green Power Pau Ferro Eólica	1.622	160	(58)	-	1.724
Enel Green Power Joana Eólica	1.570	104	(49)	(1)	1.624
Enel Soluções Energéticas Ltda.	1	-	(1)	-	-
Enel Green Power Maniçoba Eólica	761	19	(1)	-	741
Enel Green Power Esperança Eólica	1.273	59	(120)	-	1.212
Enel Green Power Damascena Eólica	619	24	2	-	597
Total investimentos	15.739	1.121	(857)	1	16.004

2020

Empresa investida	31/12/2019	Equivalência patrimonial	Dividendos	Outros resultados abrangentes	31/12/2020
Enel Green Power Primavera Eólica	1.804	109	(26)	-	1.887
Enel Green Power Cristal Eólica	1.353	64	(15)	-	1.402
Enel Green Power São Judas Eólica	1.612	106	(25)	-	1.693
Enel Green Power Tacaicó Eólica	1.131	44	(11)	(62)	1.102
Enel Green Power Pedra do Gerônimo Eólica	2.327	98	(23)	(208)	2.194
Enel Green Power Emiliana Eólica	1.626	12	(3)	(20)	1.615
Enel Green Power Pau Ferro Eólica	1.675	83	(20)	(116)	1.622
Enel Green Power Joana Eólica	1.606	68	(16)	(88)	1.570
Enel Soluções Energéticas Ltda.	1	-	-	-	1
Enel Green Power Maniçoba Eólica	785	-	24	-	761
Enel Green Power Esperança Eólica	1.254	-	25	(6)	1.273
Enel Green Power Damascena Eólica	676	-	57	-	619
Total investimentos	15.850	528	(145)	(494)	15.739

8. Imobilizado

O saldo do ativo imobilizado está composto, basicamente, por máquinas e equipamentos e material de escritório, que compõem a infraestrutura da Empresa.

A movimentação do ativo imobilizado no exercício está demonstrada a seguir:

2021:

	Vida útil / Tempo remanescente de contrato (anos)	31/12/2020	31/12/2021				
		Valor líquido	Reclassificação	Adição	Depreciação	Transferência	Valor Líquido
Edificações	25	338	-	-	-	-	338
Máquinas e Equipamentos	30	939	-	-	-	-	939
Equipamentos de informática	5	64	-	-	-	-	64
Móveis e Utensílios	10	110	-	-	-	-	110
		1.451	-	-	-	-	1.451
Depreciação acumulada em serviço							
Edificações		(101)	-	-	(12)	-	(113)
Máquinas e Equipamentos		(489)	-	-	136	-	(353)
Equipamentos de informática, telefonia e sistema de segurança		(64)	-	-	(172)	-	(236)
Móveis e Utensílios		(75)	-	-	(8)	-	(83)
		(729)	-	-	(56)	-	(785)
Em curso							
Outros		8	-	139	-	-	147
		8	-	139	-	-	147
Total do imobilizado		730	-	139	(56)	-	813

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



2020:

	Vida útil / Tempo remanescente de contrato (anos)	31/12/2019	31/12/2020		
		Valor líquido	Adição	Depreciação	Valor Líquido
Edificações	25	338	-	-	338
Máquinas e Equipamentos	30	939	-	-	939
Equipamentos de informática	5	64	-	-	64
Móveis e Utensílios	10	110	-	-	110
		<u>1.451</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.451</u>
Depreciação acumulada em serviço					
Edificações		(88)	-	(13)	(101)
Máquinas e Equipamentos		(397)	-	(92)	(489)
Equipamentos de informática, telefonia e sistema de segurança		(53)	-	(11)	(64)
Móveis e Utensílios		(65)	-	(10)	(75)
		<u>(603)</u>	<u>-</u>	<u>(126)</u>	<u>(729)</u>
Em curso					
Outros		-	8	-	8
		<u>-</u>	<u>8</u>	<u>-</u>	<u>8</u>
Total do imobilizado		<u>848</u>	<u>8</u>	<u>(126)</u>	<u>730</u>

9. Provisão para processos judiciais e depósitos judiciais

A Empresa, com base nas opiniões da Administração e de seus assessores legais, registrou provisões para processos judiciais de natureza trabalhista, cuja probabilidade de perda foi classificada como provável.:

	Saldo em 31/12/2020	Adições (reversões)	Atualização monetária	Pagamentos	Saldo em 31/12/2021
Trabalhistas	15	-	7	-	22
Cíveis	212	(130)	(58)	-	24
Total	227	(130)	(51)	-	46

	Saldo em 31/12/2019	Adições (reversões)	Atualização monetária	Pagamentos	Saldo em 31/12/2020
Trabalhistas	14	-	1	-	15
Cíveis	176	6	30	-	212
Total	190	6	31	-	227

A Empresa possui ações de natureza trabalhista, que não estão provisionadas pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e consultores legais como possível, sendo as mais representativas mencionadas abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
Trabalhistas	1.041	1
Cível	3.222	-
Total	4.263	1

Depósitos judiciais

	31/12/2021	31/12/2020
Trabalhistas	1	1
Cíveis	2.388	2.388
Total	2.389	2.389

10. Patrimônio líquido

10.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito da empresa é de R\$ 46.618 (R\$ 43.342 em 2019), dividido em 46.617.590 (43.342.090 em 2020) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, com o preço de emissão de R\$1,00 (um real) cada, distribuídas da seguinte forma:

Acionista	31/12/2021		31/12/2020	
	Quantidade de Ações (unidades)	% de participação no capital	Quantidade de Ações (unidades)	% de participação no capital
Enel Brasil S.A.	46.617.589	100,00%	-	-
Enel Green Power Brasil Participações Ltda.	-	-	43.342.089	100,00%
Energia Y Serviços South America SpA	1	0,00%	1	0,00%
Total	46.617.590	100,00%	43.342.090	100,00%

Em 4 de novembro de 2021, foi aprovada a incorporação da EGP Brasil Participações Ltda. pela Enel Brasil S.A., nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação.

Considerando que a incorporadora e a incorporada fazem parte do mesmo grupo econômico no exterior e que ambas as Companhias possuem o mesmo controlador, a incorporação está inserida em um projeto de simplificação da estrutura societária, do qual resultará maior eficiência administrativa e reforçando a sua capacidade econômico-financeira.

Como resultado desta incorporação, a EGP Brasil Participações Ltda. foi extinta de pleno direito e a Enel Brasil tornou-se sua sucessora e detentora das participações em controladas da incorporada. Dessa forma, a Enel Brasil passou a ser a controladora da Companhia.

10.2. Outros resultados abrangentes

Saldo em 31 de dezembro de 2019	684
Varição de participação em investidas (a)	(494)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	190
Varição de participação em investidas (a)	(1)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	189

- (a) O saldo refere-se à variação da participação societária da controladora nas controladas, esta variação ocorre em virtude de movimentação do capital unilateralmente por parte da controladora.

10.3. Adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC

O montante apresentado como adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC no final do exercício 2020 de R\$ 1.150 foi integralizado em sua totalidade em maio de 2021.

10.4. Prejuízos acumulados

	31/12/2021	31/12/2020
Prejuízos acumulados	(20.018)	(18.642)
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	2.115	(1.376)
Prejuízo líquido ajustado	(17.902)	(20.018)

Em 2021 a Companhia apurou lucro de 2.115. Em 2020 apurou prejuízo de 1.376.

11. Receita líquida

	<u>2021</u>
Receita de serviços de parte relacionadas (nota 5)	<u>2.190</u>
Total da Receita operacional bruta	<u>2.190</u>
(-) Deduções da receita	
COFINS	(166)
PIS	<u>(36)</u>
Total de deduções de receita	<u>(202)</u>
	<u><u>1.988</u></u>

12. Custos e despesas operacionais

	2021			2020		
	Custo do Serviço	Despesas gerais e administrativas	Total	Custo do Serviço	Despesas gerais e administrativas	Total
Provisão de processos judiciais e outros	130	-	130	-	(6)	(6)
Material	(2)	-	(2)	-	-	-
Serviços de Terceiros	(249)	(54)	(303)	-	(360)	(360)
Aluguéis e arrendamentos	-	-	-	-	(3)	(3)
Impostos, taxas e contribuições	50	-	50	-	(1.387)	(1.387)
Depreciação e amortização	(56)	-	(56)	-	(126)	(126)
Seguros	(1)	-	(1)	-	-	-
Outras despesas	(842)	(2)	(844)	-	(10)	(10)
	(970)	(56)	(1.026)	-	(1.892)	(1.892)

13. Resultado financeiro

	2021	2020
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	23	39
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	4	(2)
Outras receitas financeiras	-	1
Total da receitas financeiras	<u>27</u>	<u>38</u>
Despesas financeiras		
Atualização de impostos e multas	9	-
Atualização de contingências	-	(31)
Impostos sobre operações financeiras	-	(3)
Outras despesas financeiras	(4)	(16)
Total da despesas financeiras	<u>5</u>	<u>(50)</u>
Total	<u><u>32</u></u>	<u><u>(12)</u></u>

14. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

A Companhia efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Mensuração do valor justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

O valor justo do caixa e equivalentes de caixa, créditos/débitos com partes relacionadas, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

Valor justo hierárquico

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros, a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

O valor justo hierárquico, contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são como segue:

	Categoria	Nível	31/12/2021		31/12/2020	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo						
Caixa e equivalente de caixa	Custo amortizado	2	821	821	67	67
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio de resultado	2	2	2	-	-
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	2	1.668	1.668	4.018	4.018
Depósitos judiciais	Custo amortizado	2	2.389	2.389	2.389	2.389
Passivo						
Fornecedores	Custo amortizado	2	16	16	51	51
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado	2	8.693	8.693	8.692	8.692
Outros passivos	Custo amortizado	2	14	14	-	-

A Companhia se encontra exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, os quais são tempestivamente monitorados pela Administração. Estes riscos significativos de mercado que afetam os negócios da Empresa e podem ser assim resumidos:

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco principais: (i) risco de taxa de juros; e (ii) risco cambial (que não afeta a Empresa neste momento, dadas as suas operações atuais).

Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações das taxas de juros incidentes sobre as aplicações financeiras em CDBs, que estão atreladas ao CDI. A Administração entende que o risco de grandes variações nas taxas de juros mencionadas é baixo, levando em conta a natureza do investimento e o histórico de variação do indexador, além das perspectivas atuais de mercado.

Depósitos em bancos e instituições financeiras

Todas as operações da Empresa são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade de a Companhia não ter recurso suficiente para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação.

Gestão de capital

A política da Companhia é manter uma sólida base de capital para manter a confiança dos investidores, credores e mercado e com isso manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital sobre a operação da Companhia em um fator médio ponderado.